



PERFIL LABORAL DE ESTUDANTES DE FARMÁCIA E FISIOTERAPIA DE UNIVERSIDADE SULCATARINENSE

EMPLOYMENT PROFILE OF PHARMACY AND PHYSIOTHERAPY STUDENTS AT A UNIVERSITY IN THE SOUTH OF SANTA CATARINA

Maria Eduarda Nunes¹, Willians Cassiano Longen^{2*}

¹Fisioterapeuta pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde do Trabalhador-NEPST. Criciúma (SC), Brasil; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-PPGSCol. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde do Trabalhador-NEPST. Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Criciúma (SC), Brasil.

***Autor correspondente:**
Willians Cassiano Longen -
Email: wcl@unesc.net

Recebido: 09 jul. 2024

Aceito: 05 mar. 2025

Editores-chefes: Dr. Leonardo Pestillo de Oliveira e Dr. Mateus Dias Antunes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution

(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



RESUMO: Muitos universitários conciliam estudos com trabalho, representando um desafio, especialmente em formações de bacharelado na saúde, que exigem estudo e dedicação. Isto pode influenciar no desempenho educacional ou na desistência da graduação, gerando evasão. Este estudo teve como objetivo analisar as características das ocupações de estudantes de Fisioterapia e Farmácia de uma Universidade do Sul Catarinense. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Extremo Sul Catarinense sob o parecer 6.678.390. A população de estudo foi de 577 estudantes. O cálculo amostral considerou erro de 5% e confiança de 93%, determinando a amostra em 159 estudantes. Predominou estudantes do sexo feminino, trabalhando em regime formal (CLT), com carga horária de 40 horas semanais ou mais, especialmente na saúde, serviços administrativos e comércio em geral. A percepção dos estudantes indicou que 68,6% referiram percepção regular ou ruim quanto à concentração para o estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Saúde do Trabalhador. Trabalho. Universidade.

ABSTRACT: Many university students combine studies with work, representing a challenge, especially in bachelor's degrees in health, which require study and dedication. This can influence educational performance or drop out of graduation, leading to dropout rates. This study aimed to analyze the characteristics of the occupations of Physiotherapy and Pharmacy students at a University in Southern Santa Catarina. The research was approved by the Research Ethics Committee (CEP) of the Universidade do Extremo Sul Catarinense under opinion 6,678,390. The study population was 577 students. The sample calculation considered an error of 5% and confidence of 93%, determining the sample to be 159 students. Female students predominated, working under a formal regime (CLT), with a workload of 40 hours or more, especially in health, administrative services and commerce in general. The students' perception indicated that 68.6% reported a fair or poor perception regarding concentration for studying.

KEYWORDS: Education. Occupational health. University. Work.

INTRODUÇÃO

Podemos relacionar o trabalho com o papel central para a compreensão do homem como ser social, o qual, por meio da atividade que desempenha a fim de produzir os meios para sua sobrevivência, constrói as diversas modalidades de laço social historicamente concebidas¹. Dessa forma, as concepções de trabalho resultam de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e a propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização, da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano². A regulação moral do trabalho foi construída pela lógica do mercado imposta em sua dinâmica econômica, e como consequência do trabalho, a remuneração pela atividade desenvolvida³.

Nas reflexões sobre os contextos sociológicos e fenomenológicos do trabalho, há de forma geral uma lacuna no mundo de trabalhos que explorem estas características laborativas envolvendo eminentes profissionais que ainda estão em formação no ensino superior, representando mais uma das complexas nuances do mundo do trabalho³.

Ao longo do tempo, o trabalho sempre esteve associado a um valor moral e a um status social, principalmente se a remuneração seja suficiente para ser um potencial consumista, a identificação entre aquele que o desempenha e sua atividade implica um compromisso ético que marca o seu modo de viver e de agir⁴.

A prática laboral, ao longo do tempo, continua a ser representada como fator necessário ao acesso à dignidade pessoal, ao prestígio social e à cidadania. Está vinculada à categoria trabalho com os códigos culturais e morais da sociedade, a fim de compreender os processos que estão além da realidade do trabalho, mobilizando diferenças culturais⁵. Por outro lado, a organização do trabalho, centrada na eficácia baseada em diversas formas de regulação, visa agregar valor à empresa e não ao indivíduo, fazendo da gestão um meio de adaptação dos indivíduos aos interesses econômicos, levando o individualismo a dominar a capacidade de mobilização coletiva⁶. Esta significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem e se encontra num sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele, tal como se apropria de um instrumento⁴. A formação do trabalhador, entendida como processo educativo, tem como uma de suas principais premissas o atendimento às demandas do capital, que atualmente requer um trabalhador polivalente, capaz de desempenhar várias tarefas e adaptar-se rapidamente às mudanças que o progresso tecnológico impõe⁷.

No conceito de trabalho caracterizam-se formal e informalmente as condições de: trabalho remunerado; trabalho não remunerado; e trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso⁸. Historicamente no Brasil, um marco importante na afirmação do trabalho aconteceu em 1 de maio de 1943, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na qual reuniu-se leis esparsas que existiam no país a favor do trabalhador. O Estado passava a interferir e regular as relações de trabalho, via manutenção da ordem social, enaltecendo o orgulho do trabalhador brasileiro⁹.

Todavia, a CLT representou não somente a reunião de leis antes previstas, mas também introduziu novos direitos e passou a regulamentar detalhadamente as novas relações e condições de trabalho. A partir de então, um documento ganhou importante destaque: a carteira de trabalho, a qual descreveria, como se entendia então, a história de vida de um trabalhador, caracterizando aquele que não ama a profissão como uma “abelha sem parada certa”, sujeito que viveria de fábrica em fábrica, porque não teria encontrado a própria vocação. A carteira tornou-se, por esse meio, um mecanismo

formal de expressão das qualificações e do comportamento dos trabalhadores, conforme os valores e a moral do trabalho propaganda¹⁰.

Atualmente, de acordo com estudos do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, o índice de trabalhadores com carteira assinada foi de 38,7 milhões em 2024, uma alta de 2,7% em relação a 2023. Cresce, ao mesmo tempo, de forma exponencial, um segmento de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada. A informalidade tem se tornado cada vez mais presente na economia brasileira, passando de quase 34% para 41,6% em 2019¹¹. O fato é explicado como sendo resultado de diversos fatores, como: a ampliação do contingente de trabalhadores autônomos, decorrente das novas formas de produção, das relações de trabalho e do processo de terceirização, o aumento relativo do emprego no setor de serviços, gerador tradicional de empregos e o funcionamento dos fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista como um incentivo para que empresas e trabalhadores optem por estabelecer relações informais de trabalho¹¹.

De uma maneira geral, o trabalhador por conta própria no Brasil é do sexo masculino (64,1%), da cor branca (45,5%) ou parda (44,1%), situa-se na faixa entre 40 e 49 anos (31,6%), reside no Sudeste (43,8%) ou no Nordeste (26,2%), em municípios fora das regiões metropolitanas (65,7%), tem menos de 7 anos (37,2%) ou entre 11 e 14 anos de estudo (33,5%), e utilizou a internet nos últimos 3 meses¹².

As rápidas mudanças nas exigências de trabalho e as mudanças na dinâmica laboral no último século causaram mudanças estruturais na vida familiar e profissional¹³. A busca por autonomia imediata e a educação, são fatores fortemente ligados que fizeram com que aumentassem nos últimos anos o número de atividades informais no Brasil. Essa área muitas vezes acaba não sendo uma perspectiva de vida ou uma escolha para muitos, pois abandonam as escolas e universidades porque precisam trabalhar para garantir seu sustento. Estes tornam-se trabalhadores sem formação, assim podendo impedi-los de conseguir um emprego formal. Por outro lado, existem muitos universitários que conciliam a rotina de estudos com o trabalho formal, influenciando no seu desempenho educacional e até na desistência da graduação. Há uma carência de estudos que explorem este público, especialmente dos estudantes da área de saúde, excetuando a área de Enfermagem que tradicional e frequentemente tem um percentual significativo de pessoas que emanam de Cursos Técnicos de Enfermagem e mantém tais atividades enquanto da graduação. As demais áreas representam uma incógnita, com exceção também da Medicina que por contar com matrizes curriculares e rotinas com configuração integral, os graduandos dificilmente experimentam o trabalho de forma concomitante com período formativo de estudo. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar as características das ocupações laborais de estudantes universitários de cursos presenciais de Fisioterapia e Farmácia.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de campo exploratória, com abordagem transversal e quantitativa. Foram incluídos nesta pesquisa os universitários dos cursos de Farmácia e Fisioterapia de uma instituição de ensino superior do sul catarinense de todas as fases que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa. Foram excluídos da pesquisa os participantes que não trabalhavam, o que foi assegurado no enunciado de texto explicativo e de convite aos voluntários, bem como no conteúdo do texto do Termo de Consentimento.

A população (N) de estudo incluindo os referidos cursos na instituição pesquisada foi de 577 estudantes. A partir deste cenário foi realizado o cálculo amostral para o qual foi utilizada a fórmula proposta por Medronho (2009, p. 419), considerando um erro amostral de 5% e nível de confiança de

93%, foi determinada a amostra (n) alvo em 159 estudantes. Assimque este “n” amostral foi atingido a fase de coleta de dados foi interrompida e considerada concluída.

A aplicação do questionário e coleta dos dados aconteceu após autorização do local da pesquisa e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Extremo SulCatarinense, sob o parecer 6.678.390. A pesquisa foi conduzida nos princípios éticos, com basena Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. As informações dos participantes obtidas através da aplicação do questionário são sigilosas e só estão disponíveis para os pesquisadores diretamente envolvidos na coleta de dados.

A coleta de dados foi efetivada através de formulário eletrônico do Google Forms, no qual havia, no início, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),para o aceite ou não da participação dos voluntários, assegurando a preservação da privacidadee do anonimato dos sujeitos com relação a toda documentação e toda informação obtida na pesquisa.

RESULTADOS

O estudo contou com acadêmicos dos cursos de Farmácia e Fisioterapia de uma Universidade do Sul Catarinense que preenchiam os critérios de inclusão no levantamento prévio. No período da coleta dos dados, 159 acadêmicos participaram do estudo. A partir das informações coletadas, foi possível analisar e traçar o perfil laboral desses acadêmicos. As características sociodemográficas são apresentadas na Tabela 1. Observa-se que a maioria da amostra é composta por estudantes do sexo feminino (86,2%) enquanto 13,8% do sexomascuino, com média de idade de 18 a 21 anos (44,7%). A maioria dos acadêmicos participantes da pesquisa, realizam a graduação no período noturno (83%), sendo que 73% efetua a graduação no curso de Fisioterapia e 17% no curso de Farmácia.

Tabela 1. Distribuição dos dados referente aos Dados Sociodemográficos dos acadêmicos dos cursos de Farmáciae Fisioterapia em uma Universidade do Sul Catarinense.

	n(%) n=159
Sexo	
Feminino	137 86,2)
Masculino	22 (13,8)
Idade (anos)	
De 18 a 21 anos	71 (44,7)
De 22 a 25 anos	60 (37,7)
De 26 a 29 anos	17 (10,7)
De 29 a 33 anos	1 (0,6)
Mais de 33 anos	10 (6,3)
Você é acadêmico de qual curso?	
Farmácia	43 (27)
Fisioterapia	116 (73)
Em qual período (principalmente) você realiza a graduação?	
Manhã	27 (17)
Noite	132 (83)

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A Tabela 2 diz respeito aos aspectos laborativos dos acadêmicos participantes. Quanto ao regime de trabalho, 61,6% da amostra diz trabalhar em um regime formal, enquanto 15,7% dos participantes afirmam ser trabalhadores informais, 3,1% trabalhadores estatutários e 3,8% trabalhadores em empresa própria. Ainda quanto ao regime, 15,7% da amostra apresenta o estágio como definição de trabalho. No que se refere a carga horária semanal, 25,8% e 28,3% dos participantes apresentaram uma carga horária semanal de 40 horas e superior a 40 horas, respectivamente. Em contrapartida, 10,7% dos participantes apresentaram uma carga horária semanal inferior a 20 horas, sendo que a maioria dos participantes exerce sua função no ambiente de trabalho de 1 a 5 anos (52,2%).

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Santa Catarina apresenta um ranking de ocupações mais exercidas atualmente. Entre elas e de acordo com a amostra, 42% dos participantes está inserida no ramo de atuação de Serviços em Saúde, enquanto 25,8% no ramo de Serviços Administrativos e 21,4% no ramo de Comércio.

Tabela 2. Distribuição dos dados quanto ao Perfil Laboral dos estudantes dos cursos de Farmácia e Fisioterapia em uma Universidade do Sul Catarinense.

	n(%) n=159
Em qual regime você trabalha?	
Trabalhador(a) formal (registrado em carteira/CLT)	98 (61,6)
Trabalhador(a) informal (por conta)	25 (15,7)
Trabalhador(a) estatutário(a)	5 (3,1)
Trabalhador(a) em empresa própria (CNPJ, Ltda, MEI)	6 (3,8)
Estágio	25 (15,7)
Qual a carga horária semanal?	
Menos de 20 horas	17 (10,7)
20 horas	24 (15,1)
24 horas	6 (3,8)
30 horas	20 (12,6)
35 horas	6 (3,8)
40 horas	41 (25,8)
Mais de 40 horas	45 (28,3)
Quanto tempo na função?	
0 a 6 meses	32 (22)
7 a 12 meses	25 (15,7)
1 a 5 anos	83 (52,2)
6 a 9 anos	12 (7,5)
10 anos ou mais	4 (2,5)
Em qual ramo de atuação você trabalha de acordo com as ocupações mais exercidas em Santa Catarina? (RAIS, 2022)*	
Indústria Têxtil/Confecções	3 (1,9)
Indústria Plástica	0
Indústria de Tintas e Solventes	0
Indústria Carbonífera	1 (0,6)
Indústria em Obras	2 (1,3)
Indústria de Cerâmica	2 (1,3)
Comércio (vendedor, operador de caixa, atendente)	34 (21,4)
Serviços em Saúde	67 (42,1)
Serviços em Educação	9 (5,7)
Serviços Administrativos	41 (25,8)

Legenda: *Relação Anual de Informações Sociais. Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os dados comportamentais referentes ao perfil laborativo dos participantes foram apresentados na Tabela 3. No que diz respeito à avaliação de volume de serviço, 49,1% participantes consideram o volume moderado, seguido de 25,2% que considera uma sobrecarga existente. Quanto à satisfação referente a função laborativa, 54,7% da amostra afirmam estarem satisfeitos, enquanto 24,5% não se consideram satisfeitos, nem insatisfeitos. No tocante à concentração durante a jornada de trabalho, a maioria dos participantes julgou-a boa (58,5), nãoobstante, durante a jornada de estudos, a amostra julgou-a ruim (36,5) seguido de regular (32,1). No que se refere ao estado de saúde física atual, 41,5% da amostra a considera regular, 31,4% avalia como bom e 17,6% ruim. Já no estado de saúde mental atual, 44% dos participantes apresenta um estado regular, 24,5% ruim e 5,7% muito ruim.

Tabela 3. Distribuição dos dados comportamentais referentes ao perfil laboral dos estudantes dos cursos de Farmácia e Fisioterapia em uma Universidade do Sul Catarinense.

	n(%) n=159
Como se sente quanto à satisfação na sua função laborativa?	
Muito satisfeito(a)	23 (14,5)
Satisfeito	87 (54,7)
Nem satisfeito nem insatisfeito(a)	39 (24,5)
Insatisfeito(a)	6 (3,8)
Muito insatisfeito(a)	4 (2,5)
Como você avalia o volume de serviço?	
Leve	28 (17,6)
Moderado	78 (49,1)
Existe uma sobrecarga	40 (25,2)
Exaustivo	13 (8,2)
Durante sua jornada de trabalho, como você avalia sua concentração?	
Excelente	12 (7,5)
Boa	93 (58,5)
Regular	44 (27,7)
Ruim	8 (5)
Muito ruim	2 (1,3)
Durante sua jornada de estudos, como você avalia sua concentração?	
Excelente	7 (4,4)
Boa	37 (23,3)
Regular	51 (32,1)
Ruim	58 (36,5)
Muito ruim	6 (3,8)
Como você classifica seu estado de saúde física atual?	
Excelente	10 (6,3)
Bom	50 (31,4)
Regular	66 (41,5)
Ruim	28 (17,6)
Muito ruim	5 (3,1)
Como você classifica seu estado de saúde mental atual?	
Excelente	5 (3,1)
Bom	36 (22,6)
Regular	70 (44)
Ruim	39 (24,5)
Muito ruim	9 (5,7)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

DISCUSSÃO

Segundo a literatura, a última década foi marcada pela ampliação das oportunidades de acesso à educação superior no Brasil. O número de matrículas aumentou 85,6%, passando para 12,6 milhões o número de alunos vinculados a cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2021^{14,15}. No que diz respeito à área da saúde, houve um crescimento de interesse e demanda por tais formações a partir de 2021, incluindo os cursos de Farmácia e Fisioterapia¹⁶. Com tudo, a área da saúde é composta predominantemente por mulheres¹⁷. De acordo com a OMS em um levantamento realizado em 2019, as mulheres constituem sete em cada dez profissionais de saúde no âmbito global¹⁸. A tendência de maior participação feminina na carreira em cursos da área da saúde também aparece entre as mais jovens, com o maior número de mulheres entre os estudantes de tais graduações¹⁹.

O número de estudantes universitários que buscam seus diplomas enquanto trabalham aumentou nas últimas décadas. No Brasil, 58,8% dos jovens universitários de até 24 anos trabalham, com ou sem remuneração²⁰. Contudo, do mesmo modo em que o número de estudantes-trabalhadores apresentou este crescimento, o número de estudantes matriculados no período noturno também aumentou. Tal porque, o ensino superior noturno tem se apresentado, desde seu surgimento no Brasil, como uma alternativa para estudantes que trabalham²¹.

O período noturno contempla a maior parcela dos estudantes com cerca de 58% do total, com potencial de crescimento a cada ano²². Número comparativo com as expressões encontradas do percentual de estudantes-trabalhadores. Há, portanto, uma relação entre posição na ocupação e turno de graduação, tal como ressaltado pela bibliografia, de modo que o noturno é o turno composto, majoritariamente, por estudantes que trabalham.

Ademais, o mercado de trabalho brasileiro é marcado por suas principais expressões em regimes trabalhistas, como o regime informal e formal. Uma classificação tradicional na literatura brasileira enquadra como trabalhadores informais aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada, enquanto outras abordagens abrangem dentro da informalidade também os trabalhadores por conta própria²³. Neste caso, como seus rendimentos são determinados pela compra e venda de bens e serviços, trabalhadores por conta própria estão mais propensos à vulnerabilidade sazonal e a flutuação de renda²⁴. Consequentemente, esse fato pode gerar incertezas sobre a situação fiscal futura e impossibilitar investimentos gerais, incluindo a conclusão de um curso de graduação.

Por outro lado, a formalidade gera vínculos empregatícios que garantem uma série de direitos aos empregados, como a garantia de um salário mensal estável e auxílios de segurança social²⁵. Embora o trabalho formal ofereça mais segurança, esse regime contém características que demandam um maior nível de cobrança na relação empregador-empregado. De acordo com IBGE, a diferença entre o número de pessoas empregadas informalmente chegou muito próximo ao número de pessoas contratadas formalmente no Brasil em 2022²⁶. Em contrapartida, quando analisamos de forma regional, no Sul do Brasil, o regime trabalhista predominante é o regime formal, devido principalmente ao seu maior desenvolvimento²⁷.

Analisando os resultados encontrados na população estudada, além de trabalhadores regidos pela formalidade e informalidade, também encontramos estudantes cuja definição de trabalho vem a partir de estágio. O estágio é um instrumento de integração do estudante ao mundo do trabalho, em termos de aprendizado prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano²⁸. Segundo pesquisas, 65% dos estudantes participantes desta prática, atuam na área em que estagiaram durante a graduação, ou seja, mantiveram-se na área²⁹. Além disso, outro achado na literatura

aponta que 86% dos estudantes que estagiaram durante a graduação, sentem-se mais confiantes para ingressar no mercado de trabalho em tempo integral pós formados³⁰. Sendo assim, uma boa alternativa de aprendizado associado a um ganho de renda ofertado aos graduandos.

Contudo, a jornada excessiva de trabalho enquanto se é estudante expressada pela amostra, pode acarretar numa maior sobrecarga, já que a maioria dos estudantes universitários trabalha para pagar os custos das mensalidades e dívidas de empréstimos estudantis³¹. De acordo com a literatura, profissionais que possuem maior tempo de trabalho apresentam menores níveis de satisfação profissional independente da profissão³². Analisando pelo âmbito estudantil, o excesso de horas trabalhadas semanalmente pode interferir diretamente no rendimento acadêmico, tendo em vista que além de não manterem uma rotina diária para se dedicarem a graduação, os acadêmicos se sentem sobrecarregados em relação aos estudos. A carga horária de trabalho excessiva faz com que o estudante não tenha energia e espaço disponível de tempo para dar maior atenção aos estudos e até a rotina de hábitos saudáveis para si, como, por exemplo, o próprio lazer³³.

Além disso, ambas as responsabilidades relacionadas com o estudo e a realização de trabalho remunerado desempenham um papel importante no desenvolvimento da exaustão emocional. De acordo com a literatura, a conjunção dessas atividades, quando apresentada de uma forma exacerbada, não só dificulta o cumprimento das obrigações e expectativas sociais inerentes a papéis sociais tão importantes como o papel de estudante ou funcionário, mas também contribui para uma redução na satisfação geral com a vida³⁴. Tais aspectos se relacionam com achados deste presente estudo.

Diante disso, os fatores citados anteriormente podem levar o estudante a tomar decisões extremas, como a desistência da conclusão acadêmica. A evasão universitária ocorre quando um estudante deixa de prosseguir com o curso superior devido a várias situações, tais como baixo desempenho acadêmico e perspectivas limitadas de emprego³⁵. Estudos sobre a evasão em universidades privadas no Brasil mostraram que os estados do Sul e Sudeste como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, apresentam a maior concentração de casos de evasão universitária³⁶.

De acordo com a literatura, em uma pesquisa realizada com coordenadores de cursos da área da saúde de uma universidade privada, incluindo coordenadores dos cursos de Farmácia e Fisioterapia, destacou-se estratégias relevantes para combater a evasão universitária decorrente do mau condicionamento financeiro e motivacional. A proposta é implantar um programa de prevenção da evasão universitária baseado em estratégias motivacionais, mantendo o diálogo aberto e a aproximação com os estudantes de graduação, suporte estudantil para administração de seus recursos financeiros, valorização das oportunidades de desenvolvimento acadêmico e apoio institucional à gestão acadêmica³⁶.

Alguns estudos demonstram que graduação e trabalho não são atividades excludentes ou dicotômicas. Entretanto, pode haver uma tensão entre tais atividades, considerando que por vezes o trabalho dificulta o estudo, ou é a ausência de trabalho que impede a escolarização^{22,37}.

Este estudo foi motivado em parte pelo contato em ambientes produtivos por parte do grupo de pesquisas envolvido na temática da Saúde do Trabalhador na universidade envolvida, sendo que frequentemente se observou estudantes de graduação em diferentes postos de trabalho, despertando o interesse em identificar inicialmente nestes dois cursos, para quem sabe futuros envolvimento de outros cursos e áreas. O estudo conta com algumas limitações, em especial o quantitativo de participantes e o menor número de participantes do período matutino em relação aos do noturno.

Os estudos que desvendam o estilo de vida, características do que ocupa o tempo dos eminentes profissionais de saúde, podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias promotoras da saúde

de forma intersetorial, envolvendo universidades, governos nas três esferas, empregadores e representações patronais e de trabalhadores.

CONCLUSÃO

Os perfis que prevaleceram são de estudantes do sexo feminino, que trabalham em regime formal (CLT), prevalecendo carga horária semanal plena de 40 horas ou mais, especialmente nos segmentos da saúde, administrativos em geral e comércio. Os estudantes que apresentam uma carga horária de trabalho muito elevada, podem estar mais suscetíveis a sobrecarga quando associada às responsabilidades adicionais de ser graduando de cursos que requerem dedicação e estudo. Nesse sentido, vários estudos demonstraram a importância do ensino noturno para que o estudante que depende do trabalho possa conciliar esta condição de ser trabalhador com o estudo, embora represente este exatamente um dos principais desafios para que estes estudantes vivenciem a vida universitária de forma plena. Em contrapartida, o estudo revelou que trabalhar ou estagiar na área em que se pretende atuar enquanto ainda é estudante, tende a aumentar os níveis de satisfação, tornando o caminho da graduação a ser percorrido um pouco menos desafiador em termos pessoais e humanos.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho e a educação são interdependentes e que um equilíbrio saudável entre essas atividades é crucial para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes universitários das formações exploradas neste estudo.

REFERÊNCIAS

1. Holanda ARMD, Leite LO, Oliveira MA, Arrais RH, Aquino CAB. O trabalho na contemporaneidade: análise das implicações subjetivas em um agente autônomo da bolsa de valores. *Revista Labor*, 2018; 1(11) 40–57 DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i11.6621>
2. Neves DR, Nascimento RP, Felix-Jr MS, Silva FA, Andrade ROB. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Rio de Janeiro: Caderno EBAPE.BR, 2018; 16(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395159388>
3. Comin LC, Pauli J. The meaning of work, organizational socialization and work context: the perspective of migrant worker. São Paulo: RAM, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMD180088>
4. Fernandes RF, Gedrat DC, Vieira AG. O significado do trabalho: um olhar contemporâneo. Minas Gerais: Cadernos da FUCAMP, 2023; 22(56)99-106
5. Assusa, G. Trabalho e moralidade nas relações de produção capitalistas. *Sociologias*, 2014;16(36), 180–205. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003612>
6. Ohm RHD, Lopes NF. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 2015; 13(2)332-345
7. Ribeiro TC. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. *Revista Trabalho Necessário*, 2019; 17(32), 242-260. <https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28311>
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: 2013; 33:1-133. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>
9. Silva A, Nunes AS, Ottani AP. Origem e evolução das relações de trabalho no Brasil. São Paulo: Revista Transversal (12), 2018.
10. Bezerra OL, Gomes GAO. Notas sobre a história do trabalho no Brasil: a consagração em fatos, valores e músicas. Uberlândia: História & Perspectivas, 2018 (58); 223-236. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-13>

11. Vahdat VS, Borsari PR, Lemos PR, Ribeiro FF, Benatti GSS, Cavalcante PG, Farias BG. Retrato do trabalho informal no Brasil: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.
12. Santiago CEP, Vasconcelos AMN. Do catador ao doutor: um relato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. Belo Horizonte: Nova Economia, 2017; 27(2), 213-246. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2588>
13. Tasyikan H, Demiral Y. Work-family imbalance, social support and health: a population-based study. Oxford: Occupational Medicine, Oxford University Press (OUP): 2022; 72(9)614-21. <https://dx.doi.org/10.1093/occmed/kqac088>
14. Heringer R, Honorato GS. Elementos para uma análise dos estudantes cotistas e bolsistas no curso de pedagogia da UFRJ. Salvador: Caderno CRH, 2015; 28(74) 341-48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200007>
15. Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da educação superior, 2021 – Divulgação dos resultados. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.
16. ABMES, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. – Divulgação dos resultados de pesquisa Educa Insight, 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4087>
17. Vieira J, Anido I, Calife K. Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia Covid-19: é mais difícil para elas? Rio de Janeiro: Saúde Debate, 2022; 46(132), 47-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213203>
18. Boniol M, Mclsaac M, Xu L, Wuliji T, Diallo K, Campbell J. Gender equity in the health workforce: analysis of 104 countries. Working paper 1. Geneva: World Health Organization; 2019. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/311314>
19. Scheffer, M. et al. Demografia médica no Brasil 2018. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018; 286. ISBN: 978-85-87077-55-4
20. Tom D, Zen EL, Weller W, Shuguang J, Kaiyuan G. Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. 193-215. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9065>
21. Maranhão JD, Veras RM. O ensino noturno na universidade federal da Bahia: percepções dos estudantes. Rio de Janeiro, 2017; 25(96)553-584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500854>
22. Trópia PV, Souza DCC. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. Campinas, São Paulo: Pro-Posições, 2023; (34). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0033>
23. Dalberto CR. Formalidade vs. informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma investigação dos diferenciais de rendimento. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2014
24. Lima JC, Oliveira RV. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. São Carlos, São Paulo: Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar, 2021; 11(3) 905-32. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021028>
25. UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Projeto Brumadinho. Trabalho formal e trabalho informal, 2020.
26. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/40223>
27. Duarte LB. Diferenças de rendimento entre trabalhadores formais e informais: uma decomposição quantílica para as regiões metropolitanas do Brasil. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2016
28. Silva C, Gamboa V. O impacto do estágio da adaptabilidade de carreira em estudantes de ensino profissional. Faro: Portugal, 2014; 15(2)105-14. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo>
29. Silva BLP, Corrêa MRB, Júnior PSP, Silva SW, Fonseca LR. A importância do programa de estágio para as empresas e estudantes: um estudo dos aspectos da formação profissional no município de Varginha – MG. Rezende, Rio de Janeiro: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2016. Anais. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502429.pdf>

30. Alexandra M, et. al. Internship experiences contribute to confident career decision making for doctoral students in the life sciences. Oakton College, California, 2018; 17 (1).Disponível em: <https://doi.org/10.1187/cbe.17-08-0164>
31. Wan MM, Feng L, Meng X, Zhai M, Konopask R. Working college students' time pressure and work school conflict: do boundary permeability and dispositional mindfulness matter? San Marcos, Texas: Sage Journals, 2022; 125(6) 3100-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00332941211029621>
32. Oliveira JF, et. al. Satisfação profissional e sobrecarga de trabalho de enfermeiros da área de saúde mental. Pelotas: Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.20252017>
33. Camargo SM, Rech A. Relação entre carga horária de trabalho e desempenho acadêmico em estudantes de educação física. Universidade de Caxias do Sul, 2020.
34. Kutyyo Y, Łaska-Formejster AB, Ober-Domagalska B. Fatigue among working and non-working students: a sociological analysis of the environmental determinants of its level. Medycyna Pracy. Workers' Health and Safety, 2019; 70(5):597-609. Disponível em: <https://doi.org/10.13075/mp.5893.00851>
35. Ibiapina JPB, Silva MEA, Lira JAC, Ribeiro AAA. Estratégias de prevenção à evasão universitária entre graduandos da área da saúde: protocolo de revisão de escopo. São José dos Pinhais: Contribuciones a Las Ciencias Sociales, 2024; 17(3)01-11. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.3-159>
36. Romero JR, Puggina AC, Pina-Oliveira AA. Programa de prevenção de evasão universitária na ótica de coordenadores de graduação em saúde. Santa Maria: Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 2023; 12(3). Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133884590>
37. Vargas HM, Paula MFC. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 2013; 18(2), 459-485.